



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos nas especialidades de Clínico Geral, com formação em Saúde Mental, e Psiquiatria, mensuradas por hora efetivamente trabalhada, visando atender à demanda dos serviços de saúde mental especializados no âmbito do Município.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA

Item	Un	Quant	Descrição do Objeto	Local de Prestação de Serviço	Período Cto.
1	Hr	1.440	Médico Clínico Geral com formação em Saúde Mental	CAPS	12 meses
2	Hr	1.920	Médico Psiquiatra	AMENT	12 meses

Vale ressaltar que a comprovação da formação em Saúde Mental referida no item 1 pode ser corroborada das seguintes maneiras:

- Inscrição no Conselho Regional de Medicina como médico, acompanhado de;
- Certificado/diploma de especialização *latu sensu* em psiquiatria em entidade reconhecida pelo Ministério da Educação;
- Ou residência médica, com no mínimo o 1º (primeiro) ano concluído, mediante atestado emitido a menos de 30 (trinta) dias da entidade a qual o profissional está vinculado;
- Ou comprovação em carteira de trabalho e previdência social, de no mínimo 02 (dois) anos na função de médico clínico geral com atuação em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Além disso, conforme exposto pela Portaria Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, artigo 4º, subitem 4.1.2, alínea 'a', "01 (um) médico com formação em saúde mental" deve compor a equipe técnica de atuação das unidades do CAPS.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A assistência à saúde é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e para isto toda a linha de cuidado deve ser efetiva e eficaz, desde a atenção básica até os procedimentos de alta complexidade, de forma organizada e hierarquizada, com foco na qualidade dos serviços prestados, segundo o grau de complexidade de assistência requerida.



A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos e oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados.

A execução destes serviços deve ser frequentemente avaliada para melhor atendimento aos usuários, bem como a otimização dos recursos empregados neste tipo de assistência, sendo que muitas vezes é necessário ampliar os serviços em qualidade e quantidade, a fim de manter a rede operativa e resolutiva. Portanto, muitas vezes faz-se necessária a readequação dos objetivos iniciais em face da realidade e necessidades encontradas.

Outros fatores significativos para justificar a contratação deste tipo de prestação de serviços são:

- a) Atendimento às demandas de saúde pública como o aumento na demanda por serviços, onde os serviços médicos existentes não são suficientes para atender à população devido ao crescimento populacional, surtos e crises sanitárias. Essa escassez de profissionais resulta em filas de espera prolongadas, atrasos de diagnósticos e nos tratamentos, além do risco de agravamento dos quadros clínicos dos usuários;
- b) Cobertura de especialidades específicas com a complementação de equipes do SUS, evitando desta maneira gastos com transporte e locomoção da população para outras cidades.

Neste sentido, informamos que a demanda por profissionais aqui a serem contratados, a especialidade específica, incluída neste processo, tem crescido em nosso município, haja vista que os médicos psiquiatras e especialistas em Saúde Mental é imprescindível para habilitação e manutenção dos serviços de saúde mental nos programas municipais, estaduais e federais para a área. Programas específicos com demandas e indicadores mínimos por profissional, além de ordens judiciais para atendimento e avaliação prévia;

- c) Déficit de profissionais efetivos: Os profissionais contratados via concursos ou efetivados não suprem as necessidades locais. Recentemente tivemos Processos Seletivos do qual não foram atingidas as expectativas do Departamento de Saúde Mental, portanto a solução de incluir estes profissionais no próximo Concurso Público que será aberto nos próximos 8 meses, mas como planejamento para o serviço optou-se pela abertura de certame e incluir estes profissionais na prestação de serviços, mesmo que de forma transitória, até que se tenha um novo concurso com profissionais em número suficiente para suprir a demanda do serviço de Saúde Mental no município, é a solução mais eficaz, ágil, econômica e legal, evitando a interrupção de atendimentos essenciais, como emergências, consultas a população.

Portanto, não podemos deixar o setor prejudicado enquanto aguardamos abertura de novo concurso público, uma vez que se trata de um processo burocrático e demorado.

3.1 Requisitos para Contratação

Os serviços têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei



Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por item.

Para a prestação dos serviços pretendidas os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

4. FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E LOCAL:

4.1 Local de entrega: Para o item 1 desta solicitação o serviço deverá ser realizado junto ao CAPS I, de forma presencial, localizado no endereço: Rua Cel. José Maciel, 167, Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha/RS, ou outro local que venha a substituí-lo, conforme determinação da Secretaria Municipal de Saúde, desde que no âmbito do Município. Para o item 2 desta solicitação o serviço deverá ser realizado junto ao AMENT, de forma presencial, localizado no endereço: Rua Cel. José Maciel, 167/Prédio anexo, Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha/RS, ou outro local que venha a substituí-lo, conforme determinação da Secretaria Municipal de Saúde, desde que no âmbito do Município.

4.1.1 O horário de funcionamento do CAPS e do AMENT é de segunda a sexta-feira das 8h às 18h. Conforme carga horária de cada profissional e agendamentos da Secretaria Municipal da Saúde (SEMSA), sendo a média semanal de atendimento de 30h para o(s) médico(s) Clínico(s) com especialização e de 40h para o(s) médico(s) Psiquiatra(s). A carga horária de trabalho poderá ser estendida, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA).

4.1.1.1 Os profissionais médicos deverão ter disponibilidade de 02 (dois) dias por semana para atendimentos, podendo ser ajustado, com a Direção do Serviço de Saúde Mental, com antecedência, possíveis necessidades pontuais e a critério da CONTRATANTE. Em cada dia de atendimento, deverão ser realizadas consultas, em média de 30 (trinta) minutos cada, a partir de agendamentos feitos pela Secretaria Municipal de Saúde e, 01(uma) reunião de equipe semanal.

4.2 Forma de execução: A Contratada deverá enviar com antecedência os documentos dos profissionais que desempenharão a prestação de serviços ou em uma possível substituição do profissional com no mínimo 24h de antecedência para conferência dos fiscais. O Regime de Contratação da mão de obra poderá ocorrer na modalidade CLT, autônomos e/ou sócios cotistas devidamente registrados no quadro social da empresa.

4.2.1 Conformidade com Normas Legais e Técnicas: • Observância das normas éticas e técnicas da Medicina e da Psiquiatria, bem como das diretrizes do SUS, da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e dos protocolos



estabelecidos pelo Município; • Cumprimento das metas e indicadores eventualmente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

4.2.2 Sigilo e Ética Profissional: Compromisso com a confidencialidade e o sigilo profissional quanto às informações dos pacientes atendidos, nos termos da legislação vigente;

4.2.3 Os atendimentos deverão ocorrer nos dias e horários definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as necessidades do serviço e o fluxo de pacientes;

4.2.4 O contratado deverá realizar todas as atividades previstas no escopo do serviço, incluindo consultas, avaliações, diagnósticos, acompanhamento clínico, prescrição de tratamento, elaboração de relatórios e demais procedimentos inerentes à especialidade;

4.2.5 O profissional deverá registrar corretamente os atendimentos nos sistemas eletrônicos de saúde ou em fichas manuais, conforme orientação da Secretaria Municipal da Saúde.

5. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento dos serviços será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de servidor ou direção do serviço de saúde mental, mediante verificação da efetiva prestação dos serviços, do cumprimento da carga horária ou quantitativo mínimo de consultas, da qualidade técnica do trabalho executado e da observância às normas legais, éticas e administrativas aplicáveis;

5.2 Para fins de recebimento e pagamento, o contratado deverá apresentar relatório mensal detalhado das atividades realizadas, contendo quantidade de atendimentos, datas, horários, descrição resumida dos serviços prestados e demais informações solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

5.3 O pagamento somente será autorizado após a comprovação da execução regular dos serviços, mediante aceite formal pela Secretaria Municipal de Saúde e apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada e em conformidade com a legislação tributária vigente;

5.4 Constatadas falhas ou irregularidades nos serviços prestados, o contratado será notificado para correção imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.5 Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

6 DO CONTRATO

6.1 O contrato firmado pela empresa licitante vencedora do certame terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a critério das partes, nos termos da Lei;

6.2 É fixado o prazo de 03 (três) dias para a assinatura do instrumento de contrato, a contar da data da



convocação da licitante por parte da contratante, sob pena de decair o direito à contratação;

6.3 A fiscalização do respectivo contrato será realizada pelos servidores designados pela Secretaria de Municipal da Saúde (SEMSA) nomeados através de Portaria, onde serão considerados todos os requisitos constantes neste documento.

6.4 O valor contratado poderá ser reajustado conforme convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo, pelo índice acumulado da variação do IPCA, sendo este após 01(um) ano da vigência.

7 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

7.1 Qualificação Técnica para Habilitação:

7.1.1 Atestado ou certidão de capacidade técnica, expedido por órgãos públicos Federais, Estaduais ou Municipais, ou por empresas públicas ou privadas, comprovando a execução de serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto licitado;

7.1.2 Apresentação de declaração de que possui pessoal técnico necessário para a prestação dos serviços a serem executados;

7.1.3 Inscrição e regularidade do Responsável Técnico pela empresa no Conselho competente;

7.1.4 Registro da empresa no conselho competente da sua sede;

7.1.5 Comprovação de regularidade de inscrição de pessoa jurídica no CRM;

7.2 Qualificação Técnica para Contratualização:

7.2.2 Regular inscrição dos profissionais médicos que executarão o Contrato junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM);

7.2.3 Registro da empresa no conselho competente do Estado do Rio Grande do Sul;

7.2.4 Certidão Negativa de antecedentes éticos dos profissionais junto ao Conselho de Classe competente.

7.2.5 Que o(a) médico(a) Psiquiatra possui título de especialista emitido por instituição reconhecida pelo CFM, ABP, AMB ou CNRM (Resolução 2380/2024), ou residência médica em Psiquiatria reconhecida pelo MEC e em ambos os casos com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) no CREMERS;

7.2.6 Que o(a) médico(a) Clínico Geral apresente comprovação de formação complementar em saúde mental, por meio de cursos de capacitação, residência multiprofissional ou experiência comprovada na área.

7.2.7 Alvará de Localização e Funcionamento;

7.3 Da Habilitação Econômico-Financeira



Para fins de habilitação econômico-financeira deverá ser exigida da futura contratada a comprovação de sua capacidade econômico-financeira para assumir e executar as obrigações decorrentes da contratação, mediante apresentação da seguinte documentação:

I – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme previsto na legislação vigente;

II – Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

A exigência da documentação acima visa assegurar que a empresa contratada possua condições financeiras suficientes para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, garantindo maior segurança à Administração Pública durante a execução do objeto.

8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Vislumbra-se que tal valor deverá ser compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 333/2022, que “Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para contratações públicas na forma da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e dá outras providências”.

9 FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias úteis do mês subsequente, após a emissão e apresentação da Nota Fiscal conforme vistorias regulares realizadas pelos fiscais do contrato. Para quitação de cada parcela, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de cobrança em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar discriminado os serviços, e deverá ainda, constar na Nota Fiscal o número da Licitação, o número da Nota de Empenho prévio, dados bancários para pagamento. Deverá, ainda, apresentar o relatório do FGTS Digital do mês da cobrança, juntamente com o comprovante de recolhimento do FGTS e INSS, bem como os recibos de pagamento de salários referentes aos profissionais autônomos e empregados, no que couber, que tenham prestado serviços por força do presente contrato.

9.2 O pagamento somente será realizado após as conferências e liberação pelos fiscais do Contrato.

9.3 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4 A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a contratada apresente junto com a nota fiscal a Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d” do § único do Art. 11 da Lei 8.212/91, prova de regularidade junto ao FGTS e FGTS Digital do mês de cobrança com comprovante de quitação. A contratante também fiscalizará o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da contratada.



9.5 O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo, o **número da Licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal.**

9.6 A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra fato gerador destes e outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RF 1234/2012, alterada pela IN 2108/2022.

9.7 A contratada deverá emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para o serviço contratado).

10 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 Responsabilidade da Contratada

10.1.1 Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Garantindo a disponibilidade mínima de carga horária contratada, promovendo substituição imediata do profissional em caso de afastamento, de modo a assegurar a continuidade do atendimento no CAPS e no Ament;

10.1.2 Cumprir com as normas técnicas, protocolos clínicos e diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);

10.1.3 Participar das reuniões de equipe multiprofissional e dos processos de educação permanente em saúde, sempre que convocada pelo Município;

10.1.4 Manter registros clínicos atualizados em prontuário físico ou eletrônico em sistemas eletrônicos disponibilizados pela Secretaria Municipal da Saúde, conforme as normas do SUS e do Conselho Federal de Medicina (CFM) .

10.1.5 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

10.1.6 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE. Inclusive, substituir o profissional designado, sempre que solicitado pela Administração, em razão de descumprimento contratual, desempenho insatisfatório, impedimentos legais ou outras razões que comprometam a continuidade e a qualidade do serviço; No que compete a substituição de profissional regular que tenha se afastado ou desligado da Contratada, a substituição por novo profissional deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis após comunicado oficial à Contratante;



10.1.7 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, durante a realização desta aquisição;

10.1.8 Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

10.1.9 Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

10.1.10 Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução dos serviços.

10.1.11 Todos os profissionais contratados devem ter cadastro no Conselho de Classe, com comprovação da inscrição no ato da apresentação para início das atividades;

10.1.12 Os profissionais deverão cumprir estritamente a carga horária contratada, não havendo qualquer justificativa para sua ausência, sendo que verificada falta, será descontado seu valor unitário do valor global a ser pago ao contratado;

10.1.13 Manter a regularidade no atendimento médico. Na hipótese de o profissional indicado não poder atender pontualmente nos dias e horários acordados, deverá comunicar o fato com antecedência mínima de 24 horas, devendo disponibilizar agenda extra para compensação. A Contratante não aceitará profissional “freelancer”, pois o tratamento mental precisa de continuidade.

10.1.14 Disponibilizar meio de registro de ponto, a fim de auferir a frequência dos profissionais, bem como comprovar seu exercício, de preferência meio eletrônico;

10.1.15 Executar o objeto licitado conforme especificações do edital, do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preço apresentada.

10.1.16 Não se estabelece, por força dos serviços executados, nenhum vínculo empregatício entre a Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha e o pessoal empregado pela CONTRATADA, cabendo à CONTRATADA todas as responsabilidades trabalhistas, securitárias, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de modificações na legislação em vigor, relativamente aos seus empregados envolvidos na execução do presente contrato, vinculados, direta ou indiretamente, à CONTRATADA. 10.1.17 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

10.2 Responsabilidade do Contratante

10.2.1 Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;



10.2.2 Efetuar o pagamento da Nota Fiscal da CONTRATADA, após a efetiva prestação dos serviços e ateste do Fiscal de Contrato;

10.2.3 Disponibilizar e manter a estrutura física necessária à adequada execução dos serviços, compreendendo espaço físico compatível, mobiliário, equipamentos, materiais e insumos indispensáveis ao atendimento dos pacientes no âmbito do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), garantindo condições adequadas de funcionamento, conforto e segurança;

10.2.4 Responsabilizar-se pelo fornecimento contínuo de todos os materiais, insumos e medicamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, incluindo, mas não se limitando a: medicamentos essenciais à realização dos atendimentos e procedimentos, materiais de expediente, instrumentais, bem como produtos e utensílios destinados à higienização e desinfecção do ambiente, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

10.2.5 Transmitir as normas internas a fim de que sejam cumpridas, com objetivo de alcançar melhores resultados na prestação dos serviços, fornecer informações e orientações técnicas, incluindo protocolos clínicos, fluxos assistenciais, normas internas e demais diretrizes pertinentes ao serviço de saúde mental.

11 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária abaixo descrita:

Dotação: 2027 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

Dotação: 2026/1096 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

Programa de Trabalho: 07.01.10.302.0002.2093 - Manutenção e Fortalecimento da Saúde Mental - ASPS CTA 67

Elemento de Despesa: 3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Rubrica Item: 3.3.90.34.01.00.00.00 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA (ART. 18, §1º DA LRF)

Santo Antônio da Patrulha/RS, 20 de Maio de 2026.

Rodrigo Gomes Massulo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeito Municipal.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=6702709KMA.QLAO.8OBG.U3Q1> e informe a chancela